ISSN: 2447-3359

REVISTA DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE

Northeast Geosciences Journal

v. 12, nº 2 (2026)

https://doi.org/10.21680/2447-3359.2026v12n2ID44196

Desenvolvimento rural alagoano: nuances da questão agrária de Alagoas sob uma perspectiva histórica

Rural development in Alagoas: nuances of the agrarian question in Alagoas from a historical perspective

Alessandra Keilla da Silva[1]; Daniela Garcez Wives[2]; Alice Munz Fernandes[3]

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre/RS, Brasil. Email: alesskeilla@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4070-5705

[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre/RS, Brasil. Email: garcezd@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9372-2747

[3] Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito, Dom Pedrito/RS, Brasil. Email: alicemunz@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3023-605X

Resumo: O desenvolvimento agrário dos territórios configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado. Assim, a pesquisa realizada descreve as nuances da questão agrária que historicamente caracterizam o estado de Alagoas, Brasil, contextualizando a dinâmica evolutiva do território rural a partir de dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais pautadas, essencialmente, na atividade canavieira. Para tanto, apresentamos os três grandes períodos históricos que marcaram o desenvolvimento rural alagoano: o período colonial, caracterizado pela ocupação do território, introdução da cana-de-açúcar e estabelecimento de dinâmicas socioprodutivas; o período de modernização do setor sucroalcooleiro mediante a agroindustrialização, a reformulação de técnicas produtivas e a inserção de novas dinâmicas sociais, e; o período contemporâneo, marcado por crises no setor sucroenergético e abertura de espaços de luta pela reforma agrária. Por fim, concluímos mostrando as dualidades históricas do meio rural alagoano e seus impactos na estrutura agrária e no contexto socioeconômico do estado na contemporaneidade, evidenciando a importância de estudos sobre a história rural.

Palavras-chave: Atividade econômica; Desenvolvimento rural; Questões agrárias.

Abstract: The agrarian development across territories is a complex and multifaceted phenomenon. Therefore, this research describes the nuances of the agrarian question that historically characterize the state of Alagoas, Brazil, contextualizing the evolutionary dynamics of the rural territory from social, economic, cultural, and environmental dimensions, essentially based on sugarcane cultivation. To this end, we present the three major historical periods that marked Alagoas' rural development: the colonial period, characterized by the occupation of the territory, the introduction of sugarcane, and the establishment of socio-productive dynamics; the period of modernization of the sugar-alcohol sector through agro-industrialization, the reformulation of production techniques, and the insertion of new social dynamics; and the contemporary period, marked by crises in the sugar-energy sector and the emergence of opportunities for agrarian reform movements. Finally, we conclude by showing the historical dualities of the rural environment in Alagoas and their impacts on the agrarian structure and the socioeconomic context of the state in contemporary times, highlighting the importance of studies on rural history.

Keywords: Economic activity; Rural development; Agrarian question.

Recebido: 02/06/2026; Aceito: 28/10/2026; Publicado: 06/11/2026.

1. Introdução

O meio rural figura como um dos elementos identitários que caracterizam o estado de Alagoas, inclusive na contemporaneidade. Isso porque a agricultura corresponde a principal atividade econômica alagoana desde a sua formação enquanto território independente de Pernambuco, em 1817. Por consequência, torna-se difícil refletirmos sobre este território sem levar em consideração aspectos agrários e de desenvolvimento rural, essencialmente multifacetados e compostos por imbricadas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas (Barbosa; Brandão, 2020).

O antropólogo Manuel Diegues Júnior em seu livro "O banguê das Alagoas" remonta, a partir de registros históricos, os elementos que constituíram a história de Alagoas e sua caminhada conjunta com a exploração econômica do açúcar no Brasil. Ao recuarmos no tempo e analisarmos a trajetória do desenvolvimento rural alagoano, encontramos indícios latentes das consequências resultantes das dinâmicas que envolvem a cana-de-açúcar, bem como o latifúndio, a exploração da natureza e das pessoas, e a concentração de recursos produtivos nas mãos de grupos restritos (Diegues Júnior, 2006).

Para remontar essa linha histórica que oportuniza a contextualização evolutiva do meio rural alagoano, a qual reflete dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e culturais, nosso estudo tem como objetivo descrever as nuances da questão agrária que historicamente caracterizam o estado de Alagoas.

> Herdadas do processo de formação histórica, as dificuldades econômicas sempre marcaram profundamente o território alagoano, as contas públicas complexas e a economia com base latifundiária, dominada pelas oligarquias da agroindústria canavieira impossibilitando um crescimento dinâmico para o estado (Da Silva, 2024, p. 277).

Reconhecemos que não existe uma definição homogênea na área de Ciências Humanas a respeito da questão agrária, sendo, abordada de diferentes maneiras (Botelho; Caetano, 2022). Trata-se de um fenômeno multifacetado, composto por questões históricas, políticas, econômicas e sociais que se relacionam com a concentração de terra, com as maneiras de exploração do trabalho e com os conflitos derivados da exclusão dos indivíduos do acesso à terra. Ou seja, não se limita a distribuição desigual de terras, estando diretamente associada a formação histórica do País e ao seu modelo estruturante (Linhares; Silva, 1999).

Outro aspecto que integra o entendimento clássico a respeito da questão agrária corresponde as relações sociais que são produzidas e reproduzidas nos espaços rurais. Desse modo, elementos inerentes a concentração fundiária, a expansão do capitalismo, a subordinação do trabalho ao capital e aos movimentos e lutas pelo acesso a terra caracterizam a questão agrária brasileira (Wanderley, 2012).

Apesar de avanços na dinâmica agrária, é importante enfatizarmos que o estado ainda carece de diversificação econômica e destaca-se pela expressiva concentração de terras. Logo, evidencia-se a dualidade das realidades rurais (grandes latifúndios e propriedades de economia de subsistência) (Firmino, 2022), o que historicamente deriva do coronelismo e dos constantes conflitos pela pose de terra (Silva *et al*., 2022).

Portanto, nosso estudo descreve os períodos transcorridos e as dinâmicas estabelecidas em cada um deles para o desenvolvimento rural de Alagoas, apresentando uma síntese dos principais eventos que nos levam até a atualidade. O primeiro momento diz respeito ao período colonial, o segundo ao período de modernização do setor sucroalcooleiro e o terceiro concerne as crises no setor sucroenergético e a abertura de espaços de luta pela reforma agrária.

Reverberamos que nossa pesquisa se situa no campo de estudo da história econômica e social, junto ao qual o universo rural e suas nuances correspondem a uma das temáticas dotadas de maior premência e interdisciplinaridade (Neves, 1989). Portanto, "a análise da formação histórica se configura como essencial à compreensão da atual configuração territorial alagoana" (Da Silva, 2024, p. 275).

Salientamos ainda que a história rural abarca relações econômicas, políticas e sociais que nos possibilitam compreender as dinâmicas e transformações socioeconômicas dos sistemas produtivos e ponderar sobre os reflexos disso na realidade atual. Reconhecemos que apesar de a questão agrária ser estudada a partir de sua perspectiva econômica, política, social e histórica, configura-se como um fenômeno contemporâneo, mesmo em um contexto de globalização (Akram-Lodhi; Kay, 2010).

2. Abordagem metodológica

A pesquisa que realizamos classifica-se como qualitativa no que corresponde a abordagem uma vez que não utiliza da quantificação, fundamentando-se essencialmente em conhecimentos teóricos que atribuem-lhe cientificidade (Vieira,

1996). De acordo com Flick (2009, p. 20), "a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida", estando em consonância com as características do estudo que realizamos. No que corresponde a finalidade, trata-se de uma investigação descritiva por descrever "os fatos e fenômenos de determinada realidade" (Trivinos, 1987, p. 100).

No que compete a operacionalização, nossa pesquisa configura-se como um estudo bibliográfico. Segundo Prodanov e Freitas (2013) esse tipo de investigação baseia-se na análise de material publicado, o que possibilita a verificação da veracidade dos dados, bem como a observação de eventuais incoerências ou contradições a respeito do panorama objeto de análise. Portanto, pauta-se no levantamento e análise crítica de informações publicados a respeito da temática investigada (Boccato, 2006).

Epistemologicamente, empregamos o método hipotético-dedutiv e como procedimento analítico adotamos a análise histórico-descritiva, "entendida como processo metodológico adequado para uma pesquisa focada no 'como', além de tratar de fenômeno contemporâneo e não totalmente estudados" (Guimarães *et al*., 2012, p. 26).

3. Período colonial: ocupação do território, introdução da cana-de-açúcar e dinâmicas socioprodutivas

Os elementos geográficos foram importantes para a expansão dos núcleos de povoamento e o desenvolvimento das atividades agrícolas no estado de Alagoas. O principal elemento que contribuiu para tal expansão foi o hidrográfico, formado pelos rios e lagos. "A colonização acompanha os cursos d'água" (Diegues Júnior, 2006, p. 46), e margeando os rios foram distribuídas as sesmarias e fixados os engenhos, sendo que o açúcar foi considerado o produto financeiramente mais viável para ser produzido na colônia portuguesa (Furtado, 2007).

No entanto, antes do período de invasão do território alagoano pelos povos europeus, as terras do estado eram povoadas por nativos. Ao norte de Alagoas viviam os Potiguaras, ao sul os Tupinambás e na costa leste habitavam os Tupis, sendo que as etnias que faziam parte destes povos viviam uma relação de conflito. Os Caetés estavam localizados no litoral, os Pitiguarés em Porto Calvo, os Abacatiares nas ilhas do rio São Francisco, juntamente com os Aconãs, Coriris, Caropotós e Cairiris, que viviam nas proximidades deste mesmo curso d'água (Espíndola, 2001).

O povoamento do território alagoano pelos colonizadores se deu em três focos iniciais: o primeiro ao norte tendo Porto Calvo como núcleo; o segundo localizado ao centro em torno das lagoas, com o nome de Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte, e; o terceiro ao sul com Penedo como centro de expansão. Exceto este último povoamento, os dois primeiros centros de expansão tiveram nas dinâmicas dos engenhos produtores de cana-de-açúcar os seus fundamentos econômicos (Diegues Júnior, 2006).

Como consequência, os engenhos do tipo banguê foram essenciais para o início das atividades agroindustriais e a formação social do território alagoano (Da Silva, 2024). Tratavam-se de instalações fabris rudimentares, cuja paisagem era composta por solos férteis onde se fixava o cultivo da cana-de-açúcar nos vales e várzeas. O rio proporcionava a umidade para o cultivo e também colaborava no escoamento da produção. Isso porque além do transporte do açúcar em barcaças e canoas, utilizavam-se carros de bois para deslocar a cana para as moendas. As matas eram utilizadas como fonte de combustível para as fornalhas e o escravo representava o recurso mais importante para o progresso do banguê (Diegues Junior, 2006).

Os instrumentos empregados nas plantações eram basicamente a "enxada para plantar, a foice e o machado para limpar, moendas movidas por animais e caldeiras a fogo nu" (Santana, 1970, p. 305). Registros históricos apontam que, em 1639, Alagoas contava com 16 engenhos ao passo que em 1879 totalizava 632 e em 1905 haviam 964 engenhos no território alagoano (Santana, 1970), cujo açúcar era exportado principalmente para a Europa (Da Silva, 2024).

> A atividade açucareira já de início foi a principal atividade econômica, e ao redor dos engenhos foi surgindo o povoamento das terras, com pequenas atividades de subsistência, como o cultivo de alguns produtos – desde que estes não prejudicassem as áreas ocupadas com a cana-de-açúcar (Anjos; Lages, 2010, p. 85).

Mesmo diante de um cenário onde a terra era restritamente destinada aos colonizadores que recebiam através da Coroa a anuência de administrar as sesmarias que lhe foram distribuídas, reconhece-se a incidência de múltiplos movimentos de ocupação de terras através de outros atores, tais como camponeses livres e pobres, escravizados fugitivos e indígenas. Segundo Andrade (2008), a fim de se refugiar da fome, morte e principalmente da escravidão, as matas ofereciam toda a diversidade de animais para caça e frutos para coleta.

Em adição, os solos ricos e férteis proporcionavam ambientes propícios para o manejo de áreas de roçado, que possibilitavam cultivar milho, feijão, macaxeira, banana e coco, além da criação de animais (Andrade, 2008). A exemplo desses grupos que ocupavam 'irregularmente' as 'terras da Coroa', os quilombos se destacam, pois influíam nas dinâmicas de toda a região alagoana, tanto que existem relatos históricos onde são denunciadas invasões, saques e sequestro de escravos dos engenhos (Diegues Júnior, 2006).

Uma série de fatores e eventos marcantes propiciaram a queda dos engenhos, desde o deslocamento econômico para o eixo Sul do Brasil até problemas internos, como infraestrutura de estradas e queda dos preços do produto no mercado externo. Em adição, eventos anteriores, como o fim do tráfego negreiro (1850) e a forte epidemia de cólera (1857) – que dizimou muitos escravos e senhores de engenho – bem como irregularidades climáticas e a centralidade das políticas de concessão de crédito por parte do Estado direcionadas à criação de usinas também contribuíram para o encerramento deste período em Alagoas.

O engenho tinha entrado em seu período de crises, como aponta Diegues Júnior (2006, p.147): "[…] crises de trabalho, crise de preço; também crise de capitais, crise de fretes, crises, enfim, de tudo". Apesar das fortes tentativas e articulação dos senhores de engenho, a chegada de unidades produtivas mais eficientes (as usinas), ocasionou a última crise dos engenhos, que sem condições de acompanhar os avanços e aperfeiçoamentos proporcionados pela indústria do açúcar, são obrigados a encerrar suas atividades ou a incorporar sua produção ao novo sistema.

Com a queda dos engenhos e a ascensão das usinas deu-se início à um novo período na história agrária alagoana. Este passou a ser marcado pela modernização do setor sucroalcooleiro, com reformulação das técnicas de produção e novas dinâmicas sociais descritas na seção seguinte.

4. Período de modernização do setor sucroalcooleiro: agroindustrialização, reformulação de técnicas produtivas e novas dinâmicas sociais

A primeira usina a ser instalada em solo alagoano foi a Usina Brasileiro, em 1892, construída no município de Atalaia. Não tarda para que a fase industrial da economia sucroalcooleira decole e dezenas de usinas se espalhem pela zona da mata. Em 1910 existiam nove usinas, subindo esse número para 15 em 1920, sendo que dez anos depois haviam 25 usinas em Alagoas.

Uma das usinas com mais destaque nesse cenário de modernização dos processos de produção do açúcar no território alagoano consistiu na Usina Brasileiro. Esta foi responsável por introduzir novos métodos de manejo agrícola, como a incorporação de adubação química e orgânica no cultivo da cana-de-açúcar e novas variedades provenientes de outras regiões. A Usina Brasileiro também foi a precursora na implementação de novos incrementos para o processo industrial, os quais envolviam moendas com capacidade de esmagamento de 250 toneladas diárias de cana-de-açúcar, passando para 800 toneladas no auge de sua capacidade produtiva, bem como a instalação de evaporadores a vácuo de quádruplo efeito ainda em 1923 (Santana, 1970).

O processo de expansão das usinas alagoanas foi marcado por diversos conflitos, tais como as demarcações dos limites das propriedades e a competição por mão de obra entre usineiros e senhores de engenho. De acordo com Ramos (1999), a expansão das usinas se deu principalmente por expropriação, onde os usineiros e proprietários de engenho concorriam pela concentração ou centralização industrial e agrícola. Assim, por possuírem maiores vantagens, as usinas acabavam por expropriar a terra dos engenhos que as rodeavam. Cabe destacar ainda o surgimento de novas dinâmicas sociais reformuladas pela chegada das usinas, como aponta Lima (2001, p. 34):

> O próprio aparecimento das usinas introduziu novos padrões de relacionamentos entre trabalhadores e proprietários, assim como uma nova hierarquia administrativa, representada pelo surgimento de novos agentes, como gerente da usina, o administrador de campo, dentre outros, revelando novas dinâmicas sociais (Lima, 2001, p. 34).

Na década de 1950, a expansão da atividade canavieira era expressiva em todo território nacional, especialmente para Alagoas, que a partir desse momento passou a incorporar novas áreas antes tidas como inapropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Segundo Andrade Neto (1990) isso foi essencial para o desenvolvimento do setor açucareiro, visto que oportunizou uma nova fase ao processo produtivo à incorporação dos tabuleiros costeiros.

Essas áreas dos tabuleiros costeiros tinham como principal caraterística a pobreza natural de matéria orgânica dos solos, condicionando a introdução de adubação química e uso de variedades mais rústicas da planta. Como consequência,

observa-se nesse período o crescimento da erosão da biodiversidade natural da região da Mata Atlântica (Andrade Neto, 1990).

O setor sucroalcooleiro alagoano teve sua maior expansão nos anos 70 e 80 com a atuação do governo federal por meio do Instituto Açúcar e Álcool (IAA) com os programas Planalsucar e Proálcool. O primeiro tinha como objetivo articular pesquisas para a criação de variedades geneticamente modificadas para a adequação das necessidades do setor, ao passo que o segundo visava a criação do mercado para a maximização da produção, bem como a expansão e modernização da agroindústria canavieira (Rezende; Goldin, 1993).

O IAA operacionalizava dinâmicas protecionistas à produção de açúcar, oportunizando que o governo influenciasse no mercado interno por meio da fixação de preços e monopólio de compras. Além disso, regulava o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar (Rezende; Goldin, 1993). Ou seja, "a presença do Estado é absoluta (...), a reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção" (Carvalho, 2000, p. 16).

Para além da expansão da atividade produtiva, esses programas ocasionaram impactos socioambientais e econômicos. Segundo Andrade Neto (1990), a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar impulsionou a eliminação da pecuária na região, piora nas relações de trabalho e queda nas condições de vida dos trabalhadores. Santos, Pereira e Andrade (2007) acrescentam que o novo modelo de ocupação espacial impulsionado pelo governo federal resultou na intensificação antrópica e elevou a pressão sobre os recursos naturais. De maneira específica, o Proálcool ocasionou o agravamento da devastação da cobertura vegetal nativa e a intensificação do processo de concentração fundiária (Lima, 1998).

Os usineiros do Proálcool também destruíram as roças de inúmeras famílias de pequenos agricultores, que em suas terras de tabuleiros plantavam principalmente feijão e mandioca, transformando-os em baixos assalariados do campo. Estes eram então empurrados para a cidade e reincidiam ao campo, compondo um ciclo de miséria reprodutiva que foi se condensando com a ampliação dos canaviais (Rique, 2004, p. 98).

A década de 1990 foi um momento decisivo para o setor canavieiro em decorrência do início do enfraquecimento da capacidade de ação do governo federal. O Artigo nº 174 da Constituição Federal de 1988 passou a definir o Estado como "agente normativo e regulador da atividade econômica (…) com funções de fiscalização, incentivo e planejamento" (Brasil, 1988, s.p), abrindo espaço para o enfraquecimento e a posterior extinção do IAA – que é executada no governo Collor, em 15 de março de 1990.

> Os efeitos desse processo atingiram o complexo canavieiro nas mais variadas esferas, isto é, no sistema de fixação de preços de comercialização de produtos, no controle sobre a produção e nos Planos Safra, que eram de responsabilidade do governo e, também, das políticas públicas de sustentação ao álcool combustível e à cana (Lima, 2001, p. 83-84).

Além dos ajustes das políticas públicas para o setor, esse período também tem como determinante o deslocamento dos investidores nordestinos para outras regiões produtoras. Sendo assim, com as novas condições vigentes a partir de 1990, muitas usinas acabam por paralisar suas atividades. Como consequência, evidencia-se a concentração das atividades do setor canavieiro junto a exclusivamente seis grandes corporações.

A falência das usinas representou uma transformação histórica para a possibilidade de redistribuição de terras no estado de Alagoas. Por conseguinte, a reforma agrária ganhou espaço nas discussões, cuja luta oportunizou modificações no contexto rural alagoano. A seção seguinte discorre acerca do período contemporâneo marcado pela luta pela reforma agrária no estado.

5. Período contemporâneo: a luta pela reforma agrária

Como vimos, a fixação e o fluxo de povoamento do estado de Alagoas foram impulsionados pela monocultura da cana-de-açúcar, o que acarretou múltiplas consequências para o território. A paisagem antes marcada pela Mata Atlântica foi exponencialmente dando lugar a imensidão verde da cana-de-açúcar, ocasionando uma miríade de problemas ambientais – como a erosão do solo, a contaminação da água, o assoreamento de rios e a extinção de espécies da fauna e da flora (Nascimento, 2010).

Além da modificação em aspectos geográficos, as dinâmicas sociais se caracterizaram pela desestruturação dos laços culturais, com aculturação e 'submissão' dos nativos e africanos escravizados, e, logo depois, dos trabalhadores rurais. Os costumes e os modos de vida foram profundamente marcados pelas dinâmicas impostas pela exploração da cana-de-açúcar. O agravamento da concentração fundiária, a submissão dos trabalhadores rurais à dependência aos grandes proprietários

de terra e a ausência de vínculo trabalhista, sobretudo trabalhos sazonais e precários, contribuíram para a elevar a concentração de renda e a maximizar a desigualdade social (Nascimento, 2010).

> Após a transição da produção açucareira dos engenhos para as usinas, o sistema latifundiário atrelado a monocultura da cana de açúcar ganhou novas facetas, porém continuou com o uso do trabalho precário, explorando trabalhadores e contribuindo para a reprodução do empobrecimento da população rural. Essa população, desprovida dos meios de produção, nesse caso a terra, cuja posse se concentra nas mãos de latifundiários – grandes fazendeiros e usinas –, em um regime de trabalho livre vendem sua força de trabalho como cortador de cana (Cavalcanti *et al*., 2015. p. 40).

A partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 houve o fechamento das usinas sucroalcooleiras decorrente da crise no setor, o que contribuiu para maximizar o espaço a ser ocupado pela luta pela terra – como as Ligas Camponesas,que protagonizavam movimentos na Região Nordeste desde o início da década de 1960 (Castro; Lima, 2024) – culminando em projetos de reforma agrária em todo território alagoano. Assim, os movimentos sociais ligados a luta pela reforma agrária adquirem adeptos principalmente em decorrência da exclusão social e da redução da utilização de mão-de-obra rural no setor canavieiro. Esses trabalhadores movidos pelo desejo de encontrar novas alternativas para suprimir a exclusão social e melhorar suas condições de vida começam a atuar junto a esses movimentos (Nascimento, 2010).

> Os primeiros passos na luta pela terra tiveram início na primeira metade de 1980, no Sertão. Esse foi o espaço onde a resistência camponesa ocupou território e deu seguimento a sua espacialização com as ocupações nas duas outras mesorregiões do estado: Agreste e Leste (Castro; Lima, 2024, p. e82376).

De acordo com Melo (2024), a reestruturação do setor sucroalcooleiro consistiu em um fator que contribuiu efetivamente para a emergência de novos protagonistas na luta pela terra. Isso porque com a desregulamentação estatal, os reajustes estruturais e as falências das usinas, o desemprego aumentou exponencialmente, moradias foram destruídas e as condições de vida dos trabalhadores e habitantes da área rural tornaram-se ainda mais precárias.

> Não se trata, simplesmente, de um problema de governo, nem de um problema que envolva apenas determinados grupos. O que está em jogo na questão da reforma agrária hoje – por força dos processos sociais que vimos – é a oposição entre dois movimentos que envolvem confrontos de interesses diversificados e que, por assim dizer, atravessam toda a sociedade (Palmeira, 1989, p. 107).

Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT) foram os principais mobilizadores de ocupações de terras de fazendas improdutivas. A partir disso, áreas de terras antes ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar estão em processo de reestruturação social e produtiva mediante assentamentos rurais. Atualmente o território alagoano conta com 138 assentamentos da reforma agrária, todos com licenças ambientais (ITERAL, 2022), totalizando mais de 90 mil hectares e beneficiando cerca de 9.500 famílias (Alagoas, 2026). Logo, evidenciam-se modificações na economia alagoana que têm "configurado um novo cenário no campo produtivo, alterando algumas das características tradicionais insistentemente presentes na história econômica do estado" (Da Silva, 2024, p. 295).

Essa modificação na estrutura fundiária representa um avanço para o fortalecimento da agricultura familiar em Alagoas. De acordo com o SEBRAE (2017), 115 mil estabelecimentos rurais são ocupados por agricultores familiares, que absorvem 72% da mão de obra rural. Apesar de limitações impostas sobretudo por áreas agrícolas com baixa capacidade produtiva, deficiências estruturais (condições de estradas, acesso a luz e saneamento básico, por exemplo) e pouca assistência técnica e extensão rural acessada pelos agricultores familiares, essa categoria é responsável pela produção de alimentos, distribuição de renda no campo e figuram como protagonistas de iniciativas orientadas à produção rural atrelada a incorporação de práticas ambientais (SEBRAE, 2017). Assim, a reforma agrária brasileira, não somente no contexto

alagoano, configura-se como um fenômeno multifacetado e dinâmico, que carece de atenção (Rocha, 2014), inclusive sob uma perspectiva de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas e do papel atuante do Estado (Leme, 2024).

6. Considerações finais

O desenvolvimento rural do Brasil é marcado por dualidades de natureza social, econômica, ambiental e cultural. Contudo, no estado de Alagoas, esta situação historicamente é mais acentuada, o que culminou em dinâmicas agrárias específicas que perduram até os dias de hoje.

A atividade canavieira figura como um elemento basilar para o desenvolvimento socioeconômico do território alagoano de tal modo que transformações no setor refletiram em expressivas mudanças tanto na estrutura agrária quanto na sua biodiversidade de flora e de fauna. Reconhecemos o impacto dos comportamentos socioculturais legitimados, das políticas públicas e das inovações tecnológicas implementadas ao longo do tempo em Alagoas como impulsionadores de movimentos orientados à reforma agrária no estado.

Ademais, ponderamos que estudar e discutir aspectos inerentes a história rural dos territórios figura como uma condição *sine qua non* para compreendermos as diferentes realidades e contextos socioambientais e econômicos. Desse modo, evidenciamos que a principal contribuição de nossa pesquisa diz respeito a sistematização histórica acerca do desenvolvimento agrário do território alagoano, observando tal fenômeno sob uma perspectiva interdisciplinar, multifacetada e complexa.

Reverberamos assim que não podemos pensar no desenvolvimento rural de um território sem levar em consideração sua trajetória evolutiva e suas especificidades geográficas e produtivas. Nesse ínterim, para investigações futuras sugerimos a coleta de dados primários junto a integrantes dos movimentos sociais orientados à reforma agrária, a agentes do poder público e representantes do setor sucroalcooleiro a fim de analisar suas percepções acerca das dinâmicas agrárias e das ruralidades que caracterizam o estado alagoano. Também recomendamos a realização de análises comparativas com outros estados brasileiros a fim de identificar similaridades e distinções no que concerne as questões agrárias que caracterizam os territórios e que contribuem para o entendimento das dinâmicas culturais, ambientais, tecnológicas e socioeconômicas da atualidade.

Referências

Akram-Lodhi, Haroon; Kay, Cristóbal. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 177-202, 2010. Doi: https://doi.org/10.1080/03066150903498838

Alagoas. *Assentamentos rurais em Alagoas.* 2026. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/pt_PT/dataset/assentamentos-em-alagoas>. Acesso em: 14 de janeiro de 2026.

Andrade, Juliana Alves. *A mata em movimento*: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e pobres e a produção do espaço na mata norte de Alagoas. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-Graduação de História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

Andrade Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a agroindústria canavieira do nordeste oriental*: modernização e proletarização. Doutorado em Geografia (Tese). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

Anjos, Kellyane Pereira dos; Lages, André Maia Gomes. Desregulamentação e migração da cana-de-açúcar em Alagoas. *Revista de Política Agrícola*, v. 19, n. 3, p. 83-94, 2010.

Barbosa, Luciano Celso Brandão Guerreiro; Brandão, Tatiana Frey Biehl. Agricultura familiar e desenvolvimento rural em Alagoas: um olhar a partir do censo agropecuário de 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 173-194, 2020. Doi: https://doi.org/10.61673/ren.2020.1269

Boccato, Vera Regina Casar. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

Botelho, Thaynara Moreira; Caetano, Rodrigo da Costa. A ultrajante questão agrária: a permanência do latifúndio no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 17, n. 44, p. 473-454, 2022. Doi: https://doi.org/10.14393/RCT174420

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2026.

Carvalho, Cícero Péricles. Novas estratégias competitivas para o setor sucroalcooleiro: o caso de Alagoas. *Revista de Política Agrícola,* v. 9, n. 1, p. 14-26, 2000.

Castro, Ana Carolina De Sousa; Lima, Weldja Marques da Silva. Dos protestos, escrachos e ocupações à Vara Agrária: o direito de propriedade nos conflitos por terra em Alagoas. *Revista Direito e Práxis*, v. 15, n. 02, p. e82373, 2024. Doi: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/82373

Cavalcanti, Servignee Buarque *et al.* A situação do trabalhador no corte da cana de açúcar nos canaviais de Alagoas. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-Alagoas*, v. 2, n. 3, p. 39-56, 2015.

Da Silva, Clevisson José. Da gênese colonial ao crescimento no período atual:: refletindo acerca da evolução da atividade industrial no território alagoano. *Revista Crítica Histórica,* v. 15, n. 29, p. 275-298, 2024. Doi: https://doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0013

Diegues Júnior, Manuel. *O banguê nas Alagoas:* traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar à vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2006.

Espíndola, Thomaz do Bom-Fim. A *Geografia Alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento, 2001.

Firmino, Paul Clívilan Santos. A luta pela terra e a questão agrária: notas a partir do assentamento Fidel Castro em Alagoas/Brasil. *Revista Rural & Urbano*, v. 7, n. 2, p. 1-18, 2022.

Flick, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed, 2009.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Guimarães, André Sathler *et al.* Gestão estratégica no Poder Legislativo: o caso da Câmara dos Deputados. *Revista do Serviço Público*, v. 63, n. 1, p. 25-42, 2012.

Iteral. *Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas*. Alagoas é o primeiro estado a entregar licenças ambientais a 100% dos assentamentos. 23 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.iteral.al.gov.br/noticia/249-alagoas-e-o-primeiro-estado-a-entregar-licencas-ambientais-a-100-dos-assentamentos>. Acesso em: 14 de janeiro de 2026.

Leme, Adriana Salay. "Mexa na estrutura": Josué de Castro, a reforma agrária e o golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 44, n. 97, p. e283510, 2024. Doi: https://doi.org/10.1590/1806-93472024v44n97-02

Lima, Araken Alves. *A crise que vem do verde da cana*: uma interpretação da crise financeira de Alagoas no período 1988-96. Maceió: EDUFAL, 1998.

Lima, Araken Alves. *A agroindústria canavieira alagoana*: da criação do IAA a desregulamentação na década de 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

Linhares, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida:* Uma história da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Melo, Érick Silva de. *Trajetória da agroindústria canavieira em Alagoas*: desindustrialização e os impactos do Regime Neoliberal desde a década de 1990. Mestrado em Economia (Dissertação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

Nascimento, Carla Catarina dos Santos. *Assentamento Itabaiana*: uma perspectiva de emancipação a partir da participação política. Mestrado em Sociologia (Dissertação). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

Neves, Erivaldo Fagundes. História agrária e história regional na perspectiva socioeconômica. *Económica*, p. 377, 1989.

Palmeira, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados,* v. 3, p. 87-108, 1989. Doi: https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006

Prodanov, Cléber Cristiano; Freitas, Ernani César. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

Ramos, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.* São Paulo: HUCITEC, 1999.

Rezende, Gervásio Castro; Goldin, Ian*. A agricultura brasileira na década de 80*. Crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro:IPEA,1993.

Rique, Lenyra. *Do senso comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004.

Rocha, Herivelto Fernandes. Produção territorial das reformas agrária no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 19, p. 209-235, 2014.

Sant'Ana, Moacir Medeiros. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas.* Recife: Museu do Açúcar, 1970.

Santos, André Luiz; Pereira, Eugênia Cristina; Andrade, Laise de Holanda. A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas consequências sobre o meio ambiente e a identidade cultural. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.2, n. 4, p. 19- 37, 2007. Doi: https://doi.org/10.14393/RCT2411824

Sebrae. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Estudo de Mercado*: Hortifruticultura em Alagoas. SEBRAE/AL, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AL/Anexos/Livro%20Hortifruticultura%20atualizado_%20Estudo%20de%20Mercado%20v7.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2026.

Silva, João Manoel *et al.* Considerações sobre reforma agrária e questões sociais no campo: dos enfrentamentos ao produtivismo. *Revista Concilium*, v. 22, n. 4, 2022. Doi: https://doi.org/10.53660/CLM-311-320

Triviños, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Vieira, Marcelo Milano Falcão Vieira. *A comparative study on quality management in the brazilian and the Scottish prison service.* Tese [Doutorado PhD on Business Studies]. Scotland, University of Edinburg, Edimburgo, 1996.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário:* os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2012.